Fernandes Agro-Pecuária, Lda

Resumo Não Técnico

AMPLIAÇÃO DE EXPLORAÇÃO

Sede:
TRAVASSÓS — OLIVEIRA DE FRADES

Ambieco
CONSULTORIA, FORMAÇÃO E ESTUDOS DE ENGENHARIA

Dezembro de 2013

INDICE

1. A EMPRESA 3
2. JUSTIFICAÇÃO DO PROJECTO E DO EIA 4
3. O PROJECTO 5
3.1. A LOCALIZAÇÃO 5
3.2. INFRA-ESTRUTURAS CONSTRUÍDAS 7
3.3. O FUNCIONAMENTO 8
3.4. ACÇÕES DE PROJECTO CONSIDERADAS 9
4. AMBIENTE ACTUAL 10
GEOMORFOLOGIA E PAISAGEM 10
GEOLOGIA 11
SOLOS E RAN 13
ORDENAMENTO E CONDICIONANTES 13
RECURSOS HÍDRICOS 15
QUALIDADE DO AR 16
SISTEMAS ECOLÓGICOS 17
ASPECTOS SOCIOECONÓMICOS 18
REDE VIÁRIA 20
PATRIMÓNIO CULTURAL 21
5. OS PRINCIPAIS EFEITOS NO AMBIENTE 22
GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA 22
SOLOS E INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO 22
OCUPAÇÃO E USO DO SOLO 23
RECURSOS HÍDRICOS 23
QUALIDADE DO AR 25
AMBIENTE SONORO 25
GESTÃO DE RESÍDUOS 26
PAISAGEM E ENVOLVENTE 26
ASPECTOS SOCIOECONÓMICOS 26
6. CONCLUSÕES 27

NOTA DE INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico do Projecto de Ampliação de um estabelecimento avícola propriedade da firma Fernandes Agro Pecuária, Lda. NIF: 502 069 333, com sede em Travassos 3680-170 Oliveira de Frades.

Trata-se de uma exploração de frangos de carne destinados ao consumo, licenciada já ao abrigo do D.Lei nº 214/2008 para 239,7 CN (classe 2) menos de 40 000 aves por bando, situada no prédio rústico denominado "Lomba do Alquebe " Lugar de Travassós, Freguesia e Concelho de Oliveira de Frades, Distrito de Viseu, constituída por um pavilhão avícola construído por fases.

O presente estudo pretende dar cumprimento ao regime jurídico da avaliação do impacte ambiental, visto que os responsáveis pretendem aumentar a produção com a introdução de um novo pavilhão a construir e dotar a exploração com meios mais modernos para aquecimento das aves.

O projecto em estudo enquadra-se no sector da avicultura, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 214/2008, de 10 de Novembro e pela Portaria nº 637/2009, de 9 de Junho. No presente caso, o estabelecimento após a implementação do projecto passará a pertence a Classe 1, de acordo com anexo II do referido Decreto Lei, (Tabela nº1 –Classificação das Actividades Pecuárias) por utilizar o tipo de exploração intensiva e por ter uma capacidade instalada superior a 260 C N.

De acordo com a alínea a) do nº 2 do artº 29 do Decreto-Lei nº 214/2008, de 10 de Novembro a alteração pretendida está sujeito ao regime de autorização prévia.

O projecto está também sujeito ao RJAIA por se enquadrar na alínea b) do nº3 do artº 1º do Decreto Lei 197/2005 de 8 de Novembro e por ultrapassar os limites definidos na alínea e) do Anexo II do referido Decreto Lei por passar a ter uma capacidade instalada para um número de aves superior a 40 000 Frangos. Sendo a autoridade de AIA competente neste caso é a CCDR Centro.

O Decreto-Lei nº 214/2008 Considera também no âmbito da classe 1 todas as actividades pecuárias que por força dos regimes jurídicos próprios sejam abrangidas por AIA ou licença ambiental

Os trabalhos de pesquisa e preparação do presente EIA tiveram início pela equipa técnica em Julho de 2012 e o documentos finais foram elaborados em Abril de 2013

1. A EMPRESA

Os antecedentes desta exploração agro-pecuária neste local são de Fevereiro de 1989 com a entrada de requerimento por parte de Amadeu Fernandes Silva para legalização de obra de construção de uma "pocilga"., requerimento aprovado em Junho de 1992, emitida a licença nº 88 passada em 23 de Junho de 1992.

O anterior processo de licenciamento foi entretanto averbado em nome de Fernandes Agro-Pecuária Lda, visto ter sido constituída a sociedade por cotas respectiva em 24 de Novembro de 1988, tendo como sócios o Sr. José Fernandes Almeida e Silva e Sr. Amadeu Fernandes Silva, com NIF 502 069 333 tendo como objecto a Produção e Comercialização de produtos agro-pecuários com CAE 01470 (rev3).
A produção pecuária decorreu com regularidade (suínos), mas por alteração de estratégia foi elaborado projecto e solicitada licença de construção para a edificação de um aviário com 1498 m2 no ano de 1997, foi obtida a licença de obras nº 68/97. Posteriormente foi obtido o respectivo Alvará de Utilização para um aviário (Alvará Nº 49/00).

Entre os anos de 1998 e 2003 a exploração avícola foi funcionando regularmente em regime de integração com empresas da área do abate e comércio de carne de aves.
Entretanto a actividade suinícola foi sendo abandonada dadas as dificuldades em rentabilizar a produção e por envolver mais mão de obra.

Em 2003 foi decidido ampliar a sua capacidade, construindo novo pavilhão avícola anexo ao já existente.

Após apresentação do projecto foi obtida licença para obras de ampliação do mesmo pavilhão numa área de 964 m^2 a construir (alvará de obras nº 68/03), Processo que ficou concluído com a obtenção do Alvará de Utilização nº 31/2004.

A legalização completa da exploração avícola finalizou com obtenção do título de exploração nº 3108/2010 para aves com sistema de exploração Carne Intensiva e para a capacidade de 239,7 CN.

2. JUSTIFICAÇÃO DO PROJECTO E DO EIA

Este projecto, tal como existe actualmente no contexto concelhio, justifica-se por si só na dimensão e no volume de negócios, representando localmente uma mais-valia indiscutível em termos de dinâmica social e económica.
Para a sociedade promotora este projecto justifica-se pela necessidade de rentabilização de actividade e para complemento de receitas tendo em vista a entrada de novos sócios (com menos de 35 anos) para a firma.

A exploração avícola da Fernandes Agro Pecuária, Lda., deu início à sua actividade no ano de 1998. Na sequência da existência de actividade suinícola situada na mesma propriedade rústica.
A região possui uma forte tradição avícola assente num clima favorável e presentemente complementado com uma melhoria muito significativa nas acessibilidades rodoviárias.

A Fernandes Agro-Pecuária Lda, pretende desenvolver esta actividade com a construção de um novo pavilhão destinado a aumento de capacidade de produção de frango industrial para consumo e ao mesmo tempo dotar a exploração de meios de geração do aquecimento das aves ambientalmente sustentáveis e de mais baixo custo de exploração.
Pretende-se a construção de um pavilhão avícola (2000 m2) para o qual já existe deferimento ao Pedido de informação prévia solicitado junto da C.M. de Oliveira de Frades.
Pretendem-se obter as necessárias licenças durante o primeiro semestre de 2013 e executar as construções no segundo semestre, para que a ocupação plena dos dois pavilhões deverá dar-se durante o ano de 2014, tendo um efectivo estabilizado, após ampliação em cerca de 97 900 aves por cada bando em engorda.

Tendo em conta os antecedentes, o enquadramento concelhio e regional e no âmbito da avaliação de impactes ambientais e neste caso particular tendo igualmente em conta que a exploração tem funcionado continuamente e que possui instaladas todas as infra-estruturas básicas para a produção intensiva de aves, será bem mais razoável justificar a manutenção da unidade em funcionamento enquanto suporte da actividade principal da empresa (produção de frangos para consumo humano) do que equacionar a alternativa zero para o projecto de Ampliação da Fernandes Agro-Pecuária Lda.

3. O PROJECTO

3.1. A LOCALIZAÇÃO

A exploração está localizada no Concelho de Oliveira de Frades, O Concelho de Oliveira de Frades situa-se, conjuntamente com os Concelhos de Vouzela e de S. Pedro do Sul, na sub-região de Lafões, "em pleno coração da Beira Alta" (Amorim Girão).

Este concelho está integrado na Região Centro, na sub-região NUT III Dão-Lafões, da qual ainda fazem parte os Concelhos de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, S. Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva e Viseu. Os concelhos de Oliveira de Frades, São Pedro do Sul e Vouzela inserem-se na sub-região de Lafões, que inclui o seguinte território assim definido por Aristides de Amorim Girão, ilustre Geógrafo Lafonense: *"Em pleno coração da Beira Alta, uma unidade bem característica, toda ela incluída na bacia do Vouga, nos aparece agora: é a subregião de Lafões, constituída pelos concelhos de São Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades, e ainda por algumas freguesias dos concelhos de Castro Daire (Alva e Mamouros) e de Viseu (Ribafeita, Bodiosa, Campo, Lordosa e Calde). Sub-região bem conhecida pelos seus vinhos verdes, muito semelhantes mas sem dúvida superiores aos do Minho, é uma continuação da zona que designámos pelo nome de Beira Minhota e do Minho e pode afinal considerar-se um prolongamento projectado até ao coração da Beira Alta".*

Concelho com uma área de 142 km^2, distribuída por 8 Freguesias, após reorganização recente das Juntas de Freguesia. Oliveira de Frades faz fronteira com Vouzela, S. Pedro do Sul e Tondela (Distrito de Viseu), e com Águeda, Sever de Vouga e Vale de Cambra (Distrito de Aveiro).

Trata-se de um dos poucos municípios de Portugal territorialmente descontínuos, consistindo de duas porções, uma principal, de maiores dimensões, onde se situa a vila, e a outra menor, poucos quilómetros para Sueste. Concelho criado em 1836 por desmembramento do Concelho de Lafões nos actuais Concelhos de Oliveira de Frades, São Pedro do Sul e Vouzela

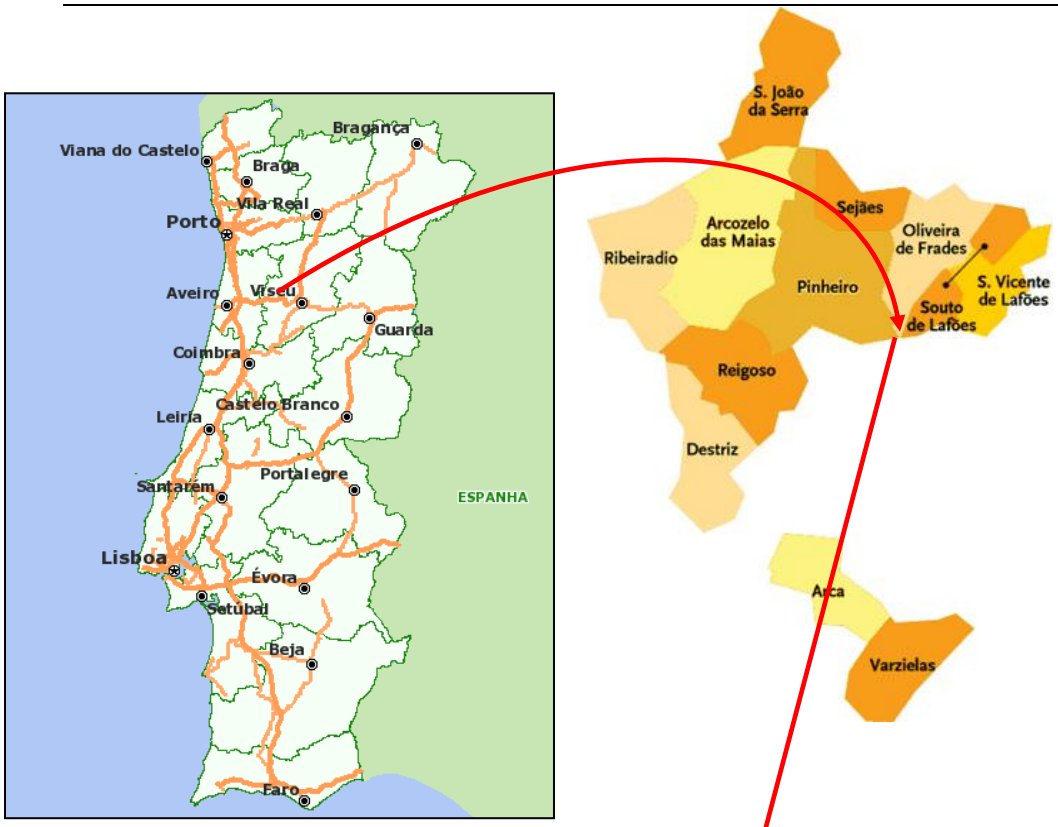

Figura 1-Enquadramento Nacional/Regional

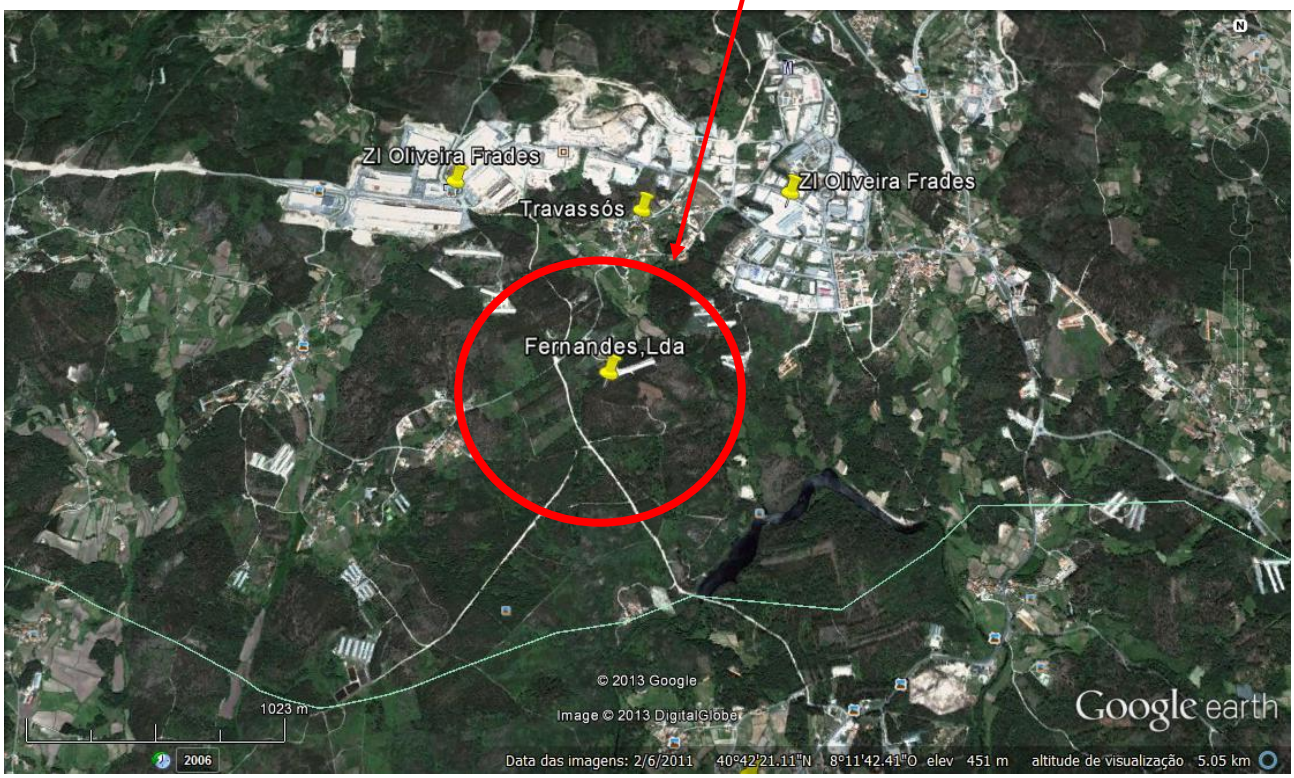

Figura 2-Vista Aérea

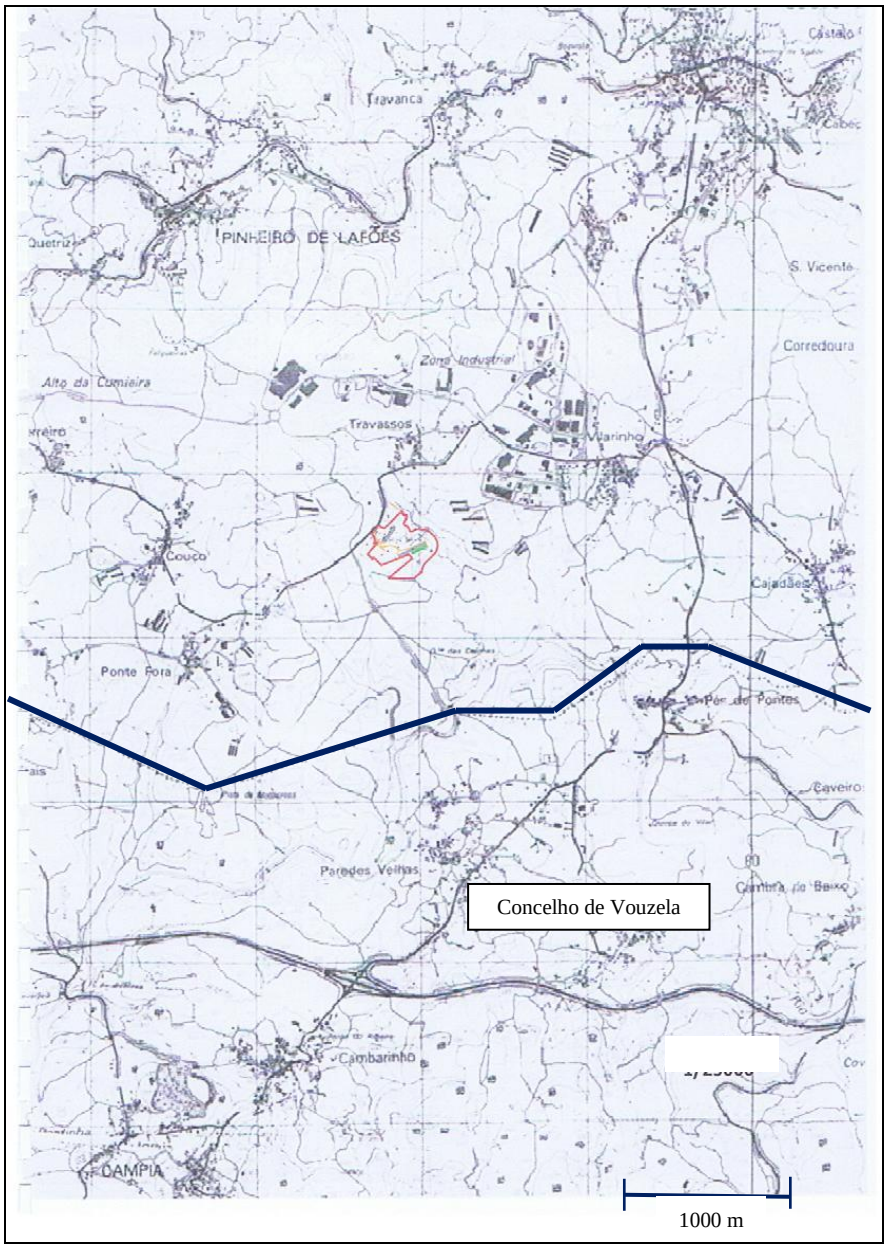

Figura 3-Planta de Localização

3.2. INFRA-ESTRUTURAS CONSTRUÍDAS

A exploração passará a ser constituída por dois pavilhões de um só piso.

O pavilhão existente e em exploração com uma área total de 2397 m^2. Composto por dois edifícios sem comunicação das aves em exploração em cada um. O pavilhão de origem da exploração que possui uma área útil de 1469,75 m^2 e o construído na segunda fase com uma área útil de 927,45 m^2.

O pavilhão a construir com cerca de 2000 m^2 e o objecto deste estudo de impacte ambiental.

Os dois pavilhões da exploração funcionam para produção de frango de carne em regime “All in – All out”.

No pavilhão a construir existirá uma área de apoio destinada ao armazenamento de equipamentos, e ainda instalações sanitárias e balneários.

A higienização do pessoal consiste na obrigatoriedade de duche, sendo todo o vestuário e calçado utilizado fornecido pela empresa, sendo todo ele lavado nas instalações para evitar riscos sanitários.

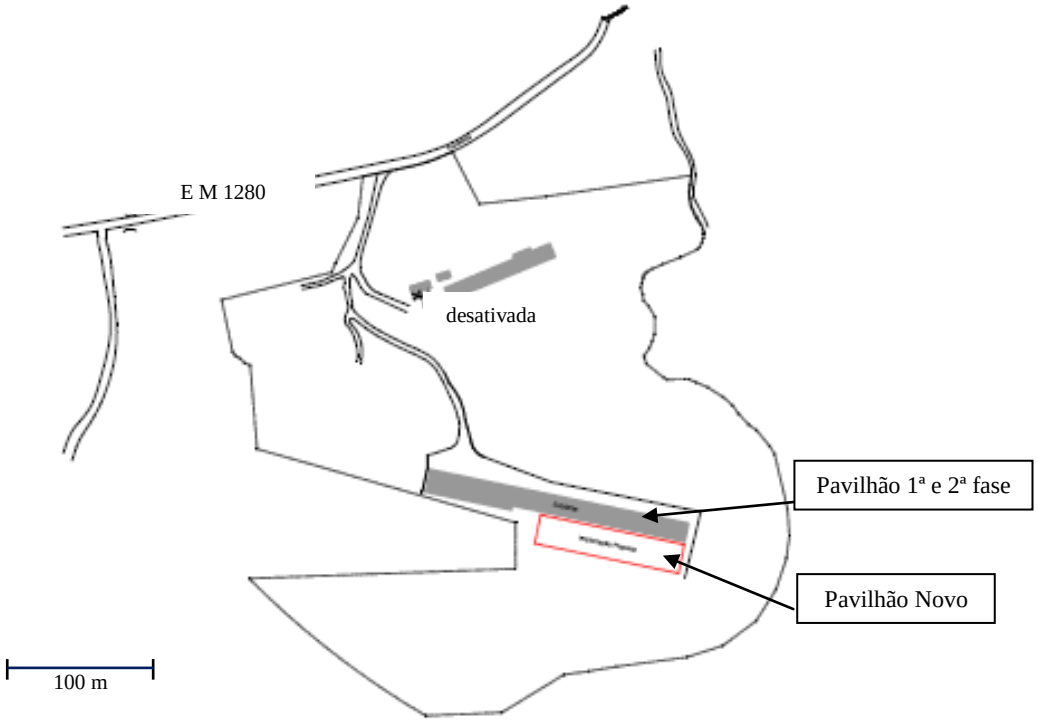

Figura 4- Implantação do Projecto no local

3.3. O FUNCIONAMENTO

As aves (pintos do dia) dão entrada nos pavilhões com cerca de 1 a 2 dias de vida, já com o programa de vacinação. Nessa altura possuem um peso médio de 80-100 g, tendo como objectivo um peso médio vivo de cerca de 1500 g.

Durante o período de engorda, cerca de 45 dias as aves permanecem com iluminação artificial programada de acordo com os objectivos de produção.

Às 5-6 semanas de vida as aves são retiradas dos pavilhões para serem comercializadas.

As matérias-primas são fornecidas por empresas devidamente legalizadas, as quais emitiram declarações de conformidade do alimento relativamente à legislação em vigor, uma vez que a própria firma não é possuidora de fábrica de rações.

A alimentação contempla uma mistura fabricada por especialistas e com acompanhamento veterinário composta por: soja; milho; sêmea; fosfatos; cálcio granulado; suplementos.

A água fornecida provém de um furo licenciado, do qual foi solicitada adaptação do título para a nova situação.

As lavagens são feitas apenas quando as aves são vendidas, altura em que além das lavagens é feito também o vazio sanitário, ou seja, são aplicados desinfectantes não sendo o pavilhão em causa ocupado durante um período mínimo de tempo.

3.4. ACÇÕES DE PROJECTO CONSIDERADAS

Apesar da avaliação de impactes incidir nas fases de ampliação (construção novo pavilhão) e de exploração, também se considerou a fase de desactivação, de acordo com a enumeração das principais acções consideradas que se faz em seguida:

Fase de Construção

- Preparação de terreno (limpeza de terra vegetal) não serão executadas terraplanagens
- Cargas e descargas de materiais de construção e equipamentos
- Montagens de equipamentos mecânicos e eléctricos
- Produção de resíduos de construção

Fase de Exploração

- Cargas e Descargas de aves vivas

- Recepção de matérias-primas (rações, camas e diversos)
- Produção e transporte de dejectos de aves
- Limpeza e manutenção dos pavilhões a seco
- Manutenção dos sistemas de ventilação dos pavilhões
- Circulação de veículos ligeiros e pesados – (entrada e saída de pessoas, matérias-primas e produtos)

Fase de Desactivação

- Movimentações de terras
- Produção de Resíduos decorrentes da desactivação e da actividade humana
- Circulação de veículos pesados

Estas acções decorrem no interior e no exterior da instalação com acesso pela Estrada Municipal 1280 que liga Travassós á povoação de Couço.

4. AMBIENTE ACTUAL

A caracterização da situação de referência/actual, a nível dos vários descritores ambientais, reportar-se-á à fase de exploração do projecto, pelo facto deste estabelecimento se encontrar em laboração, com uma capacidade instalada de produção para 39 900 aves.

Numa análise específica será tratado o conjunto de descritores correspondentes aos elementos ambientais mais relevantes, considerando o local de inserção do projecto e a sua tipologia e tendo em vista uma abordagem multidisciplinar e integrada das matérias de ambiente e ordenamento do território.

GEOMORFOLOGIA E PAISAGEM

Geomorfologicamente, a área o projecto encontra-se no planalto da Beira Alta. A paisagem corresponde a uma vertente com ligeira inclinação para o Sul. Os terrenos envolventes são colinas suaves, com declives pouco íngremes. Para Este, a área do projecto é limitada por uma ribeira. As cotas na zona do projecto rondam os 460 metros acima do nível do mar. A maior parte do terreno vizinho é coberta por mata,

bem como por florestas de pinheiros e eucaliptos, além de um pomar tal como se pode ver na figura que se segue. A Sul do projecto, a uma distância de cerca de 1000 m, existe a barragem das Cainhas, no Rio Alfusqueiro. Na vizinhança do rio, as inclinações são mais significativas.

Figura 5- Aspecto da área envolvente a Sudeste do projecto

O sítio do projecto encontra-se a sudoeste de Oliveira dos Frades, a cerca de 600 m a sul de Travassos, num pequeno patamar, onde já se verificaram algumas terraplanagens

GEOLOGIA

Situação Geológica no Local do Projecto

Na zona do projecto, o granito encontra-se num estado de alteração avançada. A rocha torna-se mole, com maior permeabilidade à água. A alteração do granito pode conduzir à formação de areia.

As rochas graníticas são afectadas por uma fracturação intensa, que aumenta a permeabilidade, pelo menos, na zona mais superficial. As fracturas e diáclases têm

origem tectónica ou foram provocadas por descompressão. Localmente existe uma saliência granítica em maiores dimensões.

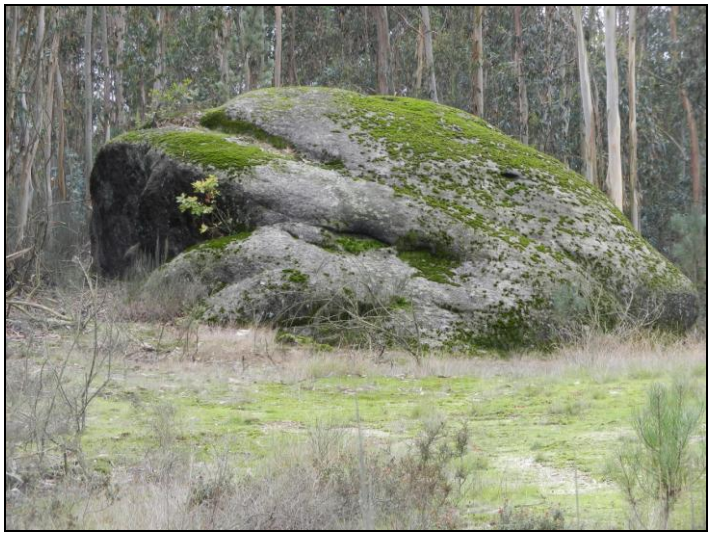

Figura 6-Saliência granítica na área do projecto

Devido à fracturação, os granitos são atravessados por pequenos filões de quartzo ,as suas espessuras são variáveis.

Figura 7– Filão de quartzo na área do projecto

Na área do projecto, não existem afloramentos geológicos notáveis, não havendo, impactes neste âmbito.

Na área afectada ao estabelecimento avícola, e na sua envolvente próxima, não se conhecem valores geológicos com interesse científico, dignos de preservação, pelo que o projecto não induz quaisquer impactes neste domínio.

SOLOS E RAN

A área do projecto encontra-se numa mancha de solos com qualidades pobres. Segundo o Atlas do Ambiente, a designação da capacidade de uso do solo corresponde à classe F. Os solos desta classe só são aptos para uso não agrícola (florestal). Na vizinhança da instalação prevista, existem solos com a classe A, que podem ser usados para uso agrícola. A área do projecto não abrange os solos desta classe.

Em resumo, os solos existentes na área do projecto não têm aptidão para agricultura, enquanto os solos nos arredores apresentam melhores qualidades. O projecto não está situado numa área de RAN.

A superfície construída do projecto, incluindo as vias de circulação, provoca uma selagem moderada da superfície, impedindo a infiltração da água pluvial, e aumentando o risco de erosão nos arredores. Este impacte significativo pode ser minimizado evitando áreas impermeabilizadas para além das coberturas dos edifícios.

ORDENAMENTO E CONDICIONANTES

O Plano Director Municipal de Oliveira de Frades em vigor foi aprovado pela Assembleia Municipal em 25 de Fevereiro de 1994. Foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 71/94 e publicado no Diário da República I Série B nº 193 em 22-08-1994.

O projecto está sujeito a todas as Disposições Gerais referidas no capítulo I no artº 1º

2 — As disposições contidas no Plano aplicam-se à totalidade do território municipal, que se encontra delimitado nas peças desenhadas e descrito no relatório.

O projecto respeita e está de acordo com as Servidões Administrativas e outras Restrições de Utilidade Pública ao uso dos Solos referidos no capítulo II do referido documento.

Para identificação cartográfica do local do projecto recorremos ao Capítulo III – Estrutura e Zonamento que no artº 27º identifica as zonas existentes na área geográfica do concelho de Oliveira de Frades.

Identificação

Para efeito do disposto nos artigos seguintes, considera-se o território municipal dividido em três áreas:

a) Área integrada no perímetro do plano de urbanização da vila de Oliveira de Frades;
b) Área integrada no perímetro do plano de pormenor da Zona Industrial de Oliveira de Frades (Vilarinho-Travassós);
c) Área exterior ao perímetro do plano de urbanização da vila de Oliveira de Frades e ao perímetro do plano de pormenor da Zona Industrial de Oliveira de Frades (Vilarinho-Travassós), adiante designada por área exterior.

A implantação do projecto consultada a carta de Ordenamento está inserida na alínea c) do artº transcrito.

A implantação do projecto na planta de Ordenamento, permite concluir que se encontra localizado em Zonas Florestais fora de áreas RAN e REN; possuindo no entanto áreas de Espaço Agrícola, englobados em áreas RAN a menos de 200 metros.

O Nº 1 do artº38 define e caracteriza as zonas florestais deste concelho.

1 — As zonas florestais delimitadas na planta de ordenamento são destinadas à produção de material lenhoso, resinas e outros produtos florestais.

Têm ainda como fim assegurar a correcção das disponibilidades hídricas, diminuir os riscos de erosão dos solos, permitindo a sua recuperação funcional e o incremento do valor ecossistémico e recreativo da paisagem.

No nº 3 do artº 40 são estabelecidos os pressupostos para licenciamento de instalações pecuárias.

3 — Só poderão ser licenciadas pela Câmara Municipal instalações pecuárias, designadamente aviários, pocilgas, ovis, vacarias, vitelei-ros e matadouros, desde que seja assegurada a minimização do impacte ambiental das respectivas actividades, nomeadamente no que se refere às águas residuais, efluentes gasosos ou resíduos sólidos produzidos, garantido o cumprimento da legislação aplicável nestes domínios.

As instalações pecuárias só podem ser instaladas nas zonas florestais e agrícolas não incluídas na RAN e na REN a uma distância mínima de 300 m de habitações ou do limite de aglomerados urbanos quando se trate de aviários e de 400 m quando se trate de pocilgas, sem prejuízo de outras servidões.

O projecto insere-se numa actividade agro-pecuária por isso compatível com os usos previstos. Analisados os instrumentos de gestão territorial, RAN e REN conjugados

com os instrumentos de ordenamento territorial, verifica-se que o projecto é passível de licenciamento Camarário.

A Norte do Projecto existem duas servidões que não colidem com a implementação do projecto. São elas uma área de Reserva Agrícola e o Perímetro Urbano de Travassós.

A Sul do Projecto existe uma servidão que possui definida uma área de protecção trata-se da Albufeira das Cainhas no Rio Alfusqueiro. O projecto não colide com esta área de protecção.

RECURSOS HÍDRICOS

A área em estudo pertence á Região Hidrográfica 4, está situada na Sub bacia do Rio Vouga em termos de recursos hídricos superficiais.

A rede hidrográfica do Concelho encontra-se assente na bacia do Rio Vouga, aparecendo diversas linhas de água superficiais por todo o território concelhio. Entre elas, destacam-se os Rios Zela, Troço, Alfusqueiro, Alcofra e Couto e a Ribeira de Ribamá como os de maior importância.

Os rios Vouga e Alfusqueiro constituem as duas maiores bacias hidrográficas de Oliveira de Frades, e por conseguinte, os dois principais recursos hídricos. Ao longo destes podemos encontrar áreas de lazer como as praias fluviais de Sejães (Rio Vouga), do Vau (Rio Teixeira, afluente do rio Vouga) e praia fluvial de Destriz (Rio Alfusqueiro). Neste município podemos encontrar duas pequenas barragens: Barragem das Caínhas e de Pereiras. No entanto o aproveitamento de maior impacto no concelho é a Construção da Barragem de Ribeiradio no extremo norte do concelho e na freguesia de Arcozelo das Maias, projecto de grande envergadura e de carácter estruturante quer a nível regional quer nacional.

Quanto à hidrografia, a bacia hidrográfica do rio Vouga ocupa uma área de 3 658 km2 e abrange 33 concelhos, dos quais 10 apenas parcialmente. Os principais afluentes são, na margem direita, os rios Sul, Caima e Antuã e na margem esquerda o rio Águeda e os seus principais afluentes, Cértima e Alfusqueiro.

As águas superficiais pertencentes à zona do estabelecimento são utilizadas, sobretudo, para rega, utilizações industriais e abastecimentos particulares.

O seu enquadramento em termos de recursos hídricos subterrâneos é no Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Vouga, que totaliza uma área aproximada de 202 980 hectares, massa de água 4 PTA0x1RH4.

A recarga dos aquíferos situados na Zona Centro-Ibérica efectua-se por infiltração directa da precipitação e através de influências de cursos de água superficiais. Estima-se que os recursos médios renováveis sejam da ordem de 200, ou mais, mm/ano (Almeida et al., 2000). No entanto, uma fracção destes recursos não pode ser explorável, dado que é rapidamente restituída à rede de drenagem superficial.

QUALIDADE DO AR

De modo a proceder a uma avaliação correcta de qualidade do ar, teremos de ter em conta as actividades económicas praticadas na zona bem como a ocupação do solo, uma vez que existe uma grande dependência entre estes parâmetros e a qualidade do ar.

As principais fontes de poluição atmosféricas exteriores são essencialmente fontes de poluição móveis, (tráfego rodoviário nas vias de circulação próximas, a Estrada 1280 e N 333-3) e com menor influência a A25.

Embora localizado na proximidade da Zona Industrial de Oliveira de Frades, não havendo fontes fixas de grande dimensão de emissões atmosféricas poluentes na envolvente da área em estudo, a qualidade do ar local não será motivo de preocupação.

As emissões associadas à queima de biomassa na maioria das explorações avícolas na zona serão essencialmente função da necessidade de aquecimento das mesmas.

Na exploração em estudo é utilizada biomassa florestal como fonte de aquecimento. Os consumos são função das temperaturas exteriores e do tempo de vida das aves.

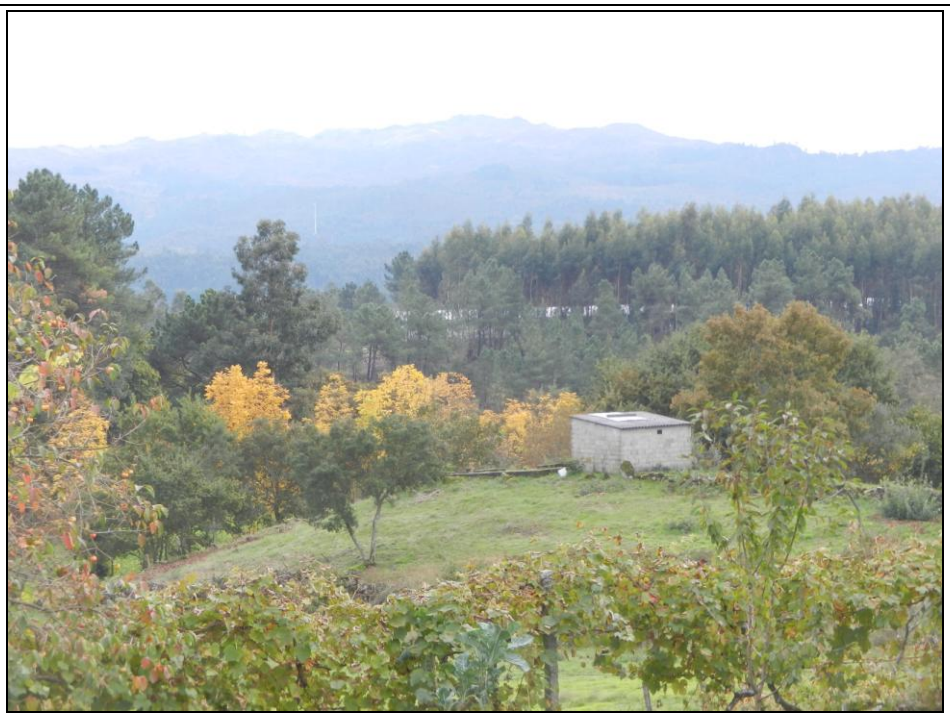

Figura 8- Paisagem envolvente

SISTEMAS ECOLÓGICOS

Em Oliveira de Frades, o pinheiro *(pinus pinaster)* e o eucalipto *(eucalyptus globulus)* representam a maioria da cobertura Concelhia.

As características do relevo na maioria das áreas do concelho faz com que se possa encontrar um mosaico muito variado de espécies da flora Portuguesa e até algumas espécies mais raras.

Flora

A Sul do limite do Concelho de Oliveira de Frades na vizinha Freguesia de Campia, Concelho de Vouzela existe a Reserva Botânica de Cambarinho (Primeira Reserva Botânica Nacional criada pelo D.L. nº 364/71) onde se encontra a maior concentração de Loendros (*Rhododendron Ponticum*) da Europa, que cobre de roxo 24 hectares.
Pela raridade e importância que representa para aquela zona, o Loendro assume um papel de destaque na flora da Região.
A zona torna-se palco de um exuberante espectáculo de cor, com os loendros floridos, uma das raras espécies de crescimento espontâneo sobreviventes da flora do período geológico do Terciário.

Fauna

A fauna no Concelho de Oliveira de Frades é escassa, ao nível ornitológico, podemos encontrar ainda uma grande diversidade específica, embora com populações cada vez menores, como a coruja do mato, a rola-turca, o pombo-torcaz, a águia-de-asa-redonda, o mocho galego, o pica-pau verde, o pica-pau malhado, a cotovia pequena, a alvéola cinzenta, a alvéola branca, o melro de água, a carriça, a ferreirinha comum, o pisco-de-peito-ruivo, o gaio, a pega, a gralha, o corvo, o pardal doméstico, o estorninho preto, o tentilhão, o vermelhão, o pintassilgo, o papa-figos, o chapim, o melro comum, o cartaxo comum, o rouxinol comum, o cuco canoro, a poupa, a andorinha dos beirais, o milhafre, a perdiz e os petos.

Os fraguedos da serra constituem abrigo para répteis variados, particularmente a serpente, a lagartixa, e o lagarto. Podem ainda encontrar-se alguns anfíbios como a rã, sapo e a salamandra.

No rio Vouga, e nos principais cursos de água das áreas de estudo existe um conjunto de organismos característicos das zonas de rápidos dos cursos de água, como sendo os organismos bênticos que permanecem fixos ao substrato firme, assim como peixes rápidos capazes de vencer a corrente, a fim de não serem arrastados por esta. É disso um bom exemplo a truta. Podemos encontrar ainda outras espécies piscícolas tais como a fardeta, a boga, o ruivaco e o barbo. Trata-se de um conjunto de espécies inseridas neste ecossistema, grande parte "alimentado" pela serra e pelo rio.

ASPECTOS SOCIOECONÓMICOS

Tal como se verificou um pouco por todo o território nacional, o Concelho de Oliveira de Frades inicialmente caracterizava-se por uma forte componente ligada ao sector primário, numa agricultura de subsistência, suportada por um característico sistema de minifúndio e grande dispersão de parcelas. Cultivando os cereais e a vinha de enforcado, associavam-lhe a pecuária extensiva, sobretudo quanto aos gados bovino, (vitela de Lafões) ovino e caprino com menor peso na economia.

Este concelho ocupa uma área de 142 Km2, o que equivale a cerca de 4% da área total da sub-região de Dão-Lafões, que integra a Região Centro. O concelho é constituído por 8 freguesias (após reorganização recente destas entidades locais).

Destas, apenas a união das freguesias de Oliveira de Frades Souto de Lafões e Sejães (onde se situa a sede de concelho) é considerada Área Mediamente Urbana,

sendo as restantes de cariz rural. Além da vila de Oliveira de Frades, que é o maior centro urbano do concelho, na rede urbana destacam-se ainda as áreas vizinhas das sedes de freguesia de Arcozelo das Maias, Pinheiro de Lafões e Ribeiradio, já que as restantes povoações, são, na generalidade, de menores dimensões.
A vila de Oliveira de Frades constitui, o principal pólo aglutinador de população, uma vez que, sendo sede de concelho, concentra os serviços e equipamentos de maior importância. O concelho de Oliveira de Frades possuía (Censos 2011) uma população residente de 10261 habitantes sendo 4864 homens e 5393 mulheres,

A estrutura etária de Oliveira de Frades, está tendencialmente a envelhecer, esta afirmação encontra justificação na progressiva diminuição da população jovem e no aumento da população idosa. O índice de envelhecimento da população aumentou na última década, passou de 130 idosos para cada 100 jovens em 2001 para 163 idosos para 100 jovens em 2011, na região Centro. Esta tendência é generalizada na região basta-nos referir que dos 100 municípios da região só 4 contrariam a tendência.

Quanto a aspectos económicos, coube à avicultura a modificação mais radical, ao fazer conciliar essa actividade com as tarefas agrícolas e domésticas, numa primeira fase, quando os aviários invadiram tudo quanto era sitio, para, quase de imediato, se converter num sector económico específico e de grande peso nas finanças locais e regionais.

Em seguimento a este novo ciclo, e a partir dos finais da década de 80, encontrou-se uma outra forma de desenvolvimento, através da melhoria das acessibilidades na altura em que o IP5/E80 entrou em pleno funcionamento. Com estas boas acessibilidades ao Concelho, criou-se, junto à Vila, a Zona Industrial que veio alterar por completo todo o quadro económico e social dos tempos de outrora.

No concelho de Oliveira de Frades estavam a data dos censos 2011, 253 pessoas activas desempregadas, sendo 190 homens e 228 mulheres. As taxas eram de 8,71 % de desemprego no geral; sendo esta taxa de 7,38 % nos homens e de 10,26 % nas mulheres.
Retirado de um dos capítulos dos censos 2011, Uma análise do ramo de actividade de especialização regional mostra que a “Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca” aparece como o sector de especialização em 44 dos 100 municípios da região Centro, com

especial relevo nas sub-regiões de Dão-Lafões, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Pinhal Interior Sul e Oeste.

A avicultura, é ainda hoje um sector vital da economia da região, foi a primeira experiência industrial.

REDE VIÁRIA

As funções desempenhadas pelas vias que integram a rede concelhia, nomeadamente no que se refere aos níveis de acessibilidades servidos, apresentam-se como factor determinante na continuidade do desenvolvimento económico.

Figura 9-Rede Viária do Concelho

Um triângulo de vértices aproximados entre Oliveira de Frades, S. Pedro do Sul e Vouzela, insere-se na sub-região de Dão-Lafões (NUT III). O território concelhio é, a este nível, essencialmente servido por "um eixo" integrado na rede Nacional e Regional – formado pela A25, N228 (ligação Castro Daire (A24) - S. Pedro do Sul) e N16 (S. Pedro do Sul – Vouzela).

A existência destes acessos tornou mais facilitada a circulação de pessoas e bens e perspectivou possibilidades de desenvolvimento, situação que contribui para impulsionar positivamente a sua evolução.

PATRIMÓNIO CULTURAL

Oliveira de Frades é terra antiquíssima. Comprova-o a Carta de Couto e Confirmação de Doação do Couto da Vila de Ulveira, aos frades de Santa Cruz de Coimbra, de 1169, concedida por D. Afonso Henriques, no Balneário de Lafões (actuais Termas de S. Pedro do Sul), onde se encontrava em tratamentos após a queda do cavalo, durante o cerco de Badajoz.

Estes desejos de autonomia, já parcialmente corporizados no referido Couto deram origem a um longo processo de gestação municipal, que culminou com a restauração definitiva do Concelho de Oliveira de Frades, por Decreto de D. Maria II, de 7 de Outubro de 1837.

O megalitismo tem no concelho uma grande expressão. Classificados como Monumento Nacional, revestem-se de especial importância: o Dólmen de Arca e o Dólmen de Antelas. O último, pelas pinturas que ostenta na superfície dos seus esteios, a vermelho e a negro, com mais de 5 000 anos, é considerado uma jóia valiosíssima da pintura rupestre europeia.

A Anta de Antelas constitui o monumento megalítico econografado melhor conservado da Península Ibérica. O monumento terá tido pinturas desde o momento da sua construção, mas é também possível admitir o seu reavivamento (retoque e acrescentamento de outros motivos) ao longo do tempo em que o monumento esteve em funcionamento. As gravuras distribuem-se por cada um dos esteios da câmara funerária, funcionado como painéis. Trata-se de uma arte à base de figurações geométricas e esquemáticas inseridas num espaço fechado, reservado. É uma iconografia de carácter enigmático.

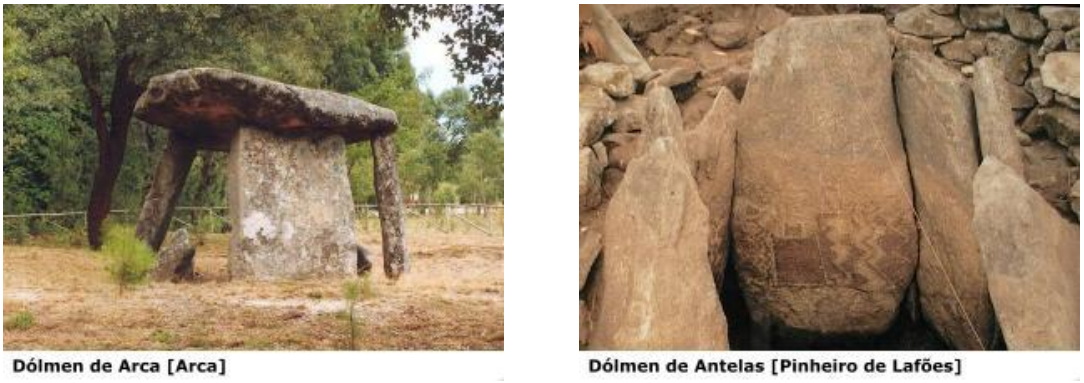

Figura 10-Dólmen de Arca (à esquerda) e Dólmen de Antelas (à direita).

5. OS PRINCIPAIS EFEITOS NO AMBIENTE

GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

Na zona do projecto, o granito encontra-se num estado de alteração avançada. A rocha torna-se mole, com maior permeabilidade à água. A alteração do granito pode conduzir à formação de areia.

Na área do projecto, não existem afloramentos geológicos notáveis, não havendo, impactes neste âmbito.

SOLOS E INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO

O Plano Director Municipal de Oliveira de Frades em vigor foi aprovado pela Assembleia Municipal em 25 de Fevereiro de 1994.

A implantação do projecto na planta de Ordenamento, permite concluir que se encontra localizado em Zonas Florestais fora de áreas RAN e REN; possuindo no entanto áreas de Espaço Agrícola, englobados em áreas RAN a menos de 200 metros.

A Norte do Projecto existem duas servidões que não colidem com a implementação do projecto. São elas uma área de Reserva Agrícola e o Perímetro Urbano de Travassós.

A Sul do Projecto existe uma servidão que possui definida uma área de protecção trata-se da Albufeira das Cainhas no Rio Alfusqueiro. O projecto não colide com esta área de protecção.

Tendo em conta a localização relativamente aos instrumentos de ordenamento não haverá impactes decorrentes da implementação do projecto.

OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

Durante a **fase de construção**, a ocupação física do solo na zona de construção do novo pavilhão provocará um impacte de magnitude reduzida e pouco significativo.

Durante a **fase de exploração**, a contaminação do solo em geral pode ocorrer devido às seguintes actividades: deposição directa de resíduos; infiltração das redes de drenagem; derrames acidentais de líquidos poluentes afectos aos actos de exploração. Neste caso específico, e tendo em vista que a produção de poluentes atmosféricos e de efluentes líquidos industriais é reduzida, e não são manuseadas substâncias poluentes perigosas e que o resultado final da actividade, em si mesmo, não é considerada poluente, resta-nos a deposição directa de resíduos.
Relativamente à deposição directa de resíduos no solo, actualmente não há qualquer deposição de resíduos no solo a céu aberto, pelo que não são previsíveis quaisquer impactes negativos.

Em situação de acidente, deverão ser accionados todos os mecanismos que permitam evitar e/ou minimizar a contaminação dos solos, nomeadamente através da contenção derrame e da aplicação de produtos absorventes. Apenas e só neste caso acidental poderá ocorrer um impacte negativo, directo, de magnitude reduzida, reversível e pouco significativo.

Durante a **fase de desactivação** (não prevista) decorrerá um impacte positivo uma vez que, desta forma se irão recuperar e valorizar os solos através da reflorestação com espécies autóctones. Esta fase terá ainda de seguir um plano de desactivação de forma a minimizar o prejuízo para o ambiente sobretudo no que diz respeito às medidas de gestão dos resíduos e à recuperação dos solos desmobilizados.

RECURSOS HÍDRICOS

Os impactes que se podem verificar sobre os recursos hídricos dizem respeito a aspectos qualitativos, relacionados com a possibilidade de contaminação das águas superficiais e subterrâneas.
Face às características da área e ao tipo de intervenções, os impactes com maior significado relacionam-se com degradação da qualidade da água, designadamente por

arrastamento de materiais sólidos pelas águas pluviais e eventual contaminação por poluentes orgânicos não perigosos.

Na **fase de construção** a alteração da drenagem natural das águas pluviais e as alterações na qualidade das águas superficiais e subterrâneas pode ocorrer como resultado das intervenções fisícas no solo e como resultado das utilizações de máquinas e camiões.

O impacte dai resultante será negativo, directo, temporário de magnitude reduzida, irreversível para o caso da drenagem natural e reversível para as outras condições. Sendo ambos os impactes muito pouco significativos.

Na **fase de exploração** a produção de resíduos pode dar origem a impactes na qualidade da água na área em estudo. Uma vez que os resíduos produzidos não são classificados como perigosos, unicamente a sua má gestão ou acondicionamento impróprio poderão originar impactes negativos significativos, nomeadamente a possível contaminação das águas superficiais e subterrâneas. Dado que o resíduo que apresenta maior potencial de contaminação dos recursos hídricos é o decorrente da produção de dejectos pelas aves, e que é correctamente acondicionado nas instalações da exploração avícola, consideram-se pouco significativos os potenciais impactes associados a esta acção.

No que diz respeito às águas residuais domésticas, associadas à existência de trabalhadores na exploração, a sua descarga é feita para um sistema de fossa séptica estanque. Assim, e uma vez que a perigosidade destes efluentes é reduzida dadas as suas características, o seu impacte negativo sobre os recursos hídricos é pouco significativo.

As águas pluviais e de lavagens eventuais (exteriores aos pavilhões) tendem a arrastar os sólidos associados à circulação de veículos de abastecimento (cargas e descargas) das viaturas próprias e externas ao estabelecimento avícola, bem como de resíduos de ração no pavimento junto aos silos. No entanto, consideram-se os impactes associados como pouco significativos, dadas as reduzidas concentrações de poluentes.

Uma vez mais, e apesar de não estar prevista a **fase de desactivação** da exploração, foram considerados os impactes que poderão ocorrer durante essa fase. Os impactes

esperados durante esta fase são muito semelhantes aos esperados durante a fase de construção, estando sobretudo relacionados com a produção de resíduos e com derrames acidentais.

QUALIDADE DO AR

Na **fase de construção** a emissão de poeiras na área de construção e acessos, provocada pela movimentação de máquinas equipamentos poderá representar um impacte negativo, directo, temporário, de magnitude reduzida e pouco significativo.

Na **fase de exploração** a emissão de poeiras decorrentes da movimentação de veículos poderá originar um impacte negativo, directo, temporário, de magnitude reduzida e pouco significativo.
As fontes fixas de emissões gasosas (chaminés) podem originar um impacte negativo, directo, permanente, de magnitude reduzida e pouco significativo.
Na exploração em estudo é utilizada a queima de bioresíduos como fonte de aquecimento. Os consumos são função das temperaturas exteriores e do tempo de vida das aves.

Na eventualidade de se proceder um dia à **fase de desactivação** da exploração, consideraram-se os impactes que poderão ocorrer durante essa fase.
Os impactes esperados durante esta fase estão sobretudo relacionados com a produção de resíduos e projecção de partículas. Existe ainda o impacte positivo na qualidade do ar que ocorrerá após a fase de desactivação, uma vez que todos os impactes mencionados na fase de exploração deixam de estar presentes no local.

AMBIENTE SONORO

Em todas as fases – **Construção**, **Exploração, Desactivação** - os níveis de ruído são gerados dentro do estabelecimento, uma vez que não existem receptores na envolvente imediata que possam ser afectados, prevê-se que o impacte seja pouco significativo.
Apesar de não existir classificação para a zona em estudo deverão ser tomadas algumas medidas de minimização com vista a redução do nível sonoro provocado pelos ventiladores instalados nos pavilhões avícolas, bem como pela movimentação de veículos que estão relacionados com a actividade regular do aviário.

GESTÃO DE RESÍDUOS

Na **fases de construção,exploração e desactivação** os impactes mais significativos quanto aos resíduos estão associados à sua produção e gestão. Uma vez que os resíduos produzidos não são classificados como perigosos, unicamente a sua má gestão ou acondicionamento impróprio poderão originar impactes negativos pouco significativos.

Uma gestão incorrecta poderá levar à acumulação indevida dos resíduos, originando maus cheiros, possível contaminação do solo e recursos hídricos, além de alterações do aspecto visual da paisagem.

No caso em estudo, a maior quantidade de resíduos a gerir são os dejectos das aves.

Apesar dos resíduos sólidos urbanos produzidos durante a exploração avícola serem recolhidos pelos serviços municipalizados, são separados e colocados no ecoponto para reciclagem, dadas as quantidades bastante reduzidas produzidas pelos funcionários durante o seu horário de trabalho, considera-se que o impacte, apesar de negativo, é pouco significativo.

PAISAGEM E ENVOLVENTE

Nas **fase de construção e de desactivação** não se prevêm impactes neste descritor como se descreveu anteriormente.

Na **fase de exploração** considera-se que se está perante uma situação de introdução de novos elementos construídos na paisagem (com a consequente alteração do relevo e do coberto vegetal) que só por si apresentam sempre um impacte visual na paisagem. As diversas construções existentes na exploração apresentam uma configuração alongada de altura mediana e constituem uma intrusão visual.

ASPECTOS SOCIOECONÓMICOS

Considerando o tipo de projecto e o tipo de indústria, não são esperados grandes impactes a nível sócio económico.

Apenas merecerá algum destaque, se bem que relativo, a potencial importância do projecto para a especialização económica local, em torno da actividade principal do complexo, e que permitirá, a médio prazo, contribuir para o aumento da capacidade produtiva concelhia.

Outro aspecto que deverá ser realçado, apesar de ser pouco significativo é o impacte positivo que o projecto terá na diminuição da dependência das importações deste tipo de produto. Por outro lado, uma hipotética desactivação do estabelecimento

constituiria um impacte negativo pouco significativo, ao nível da freguesia e mesmo do concelho, uma vez que aumenta o desemprego daquela zona.

6. CONCLUSÕES

O presente EIA incidiu sobre as fases de ampliação (Construção/Exploração) da instalação em estudo, com a particularidade de a mesma se encontrar construído desde 1992 (suinicultura) e em exploração regular para a capacidade actualmente autorizada (avicultura) de 39.900 aves por cada bando.

Este EIA traduz uma vontade declarada da empresa em prosseguir um trabalho de adequação ambiental às novas exigências legais e simultaneamente permitir a regularização da ampliação perante a Administração, em termos de actividade e de ambiente.

De forma geral, foi possível reunir ou produzir a informação suficiente para a elaboração do estudo e consolidação da avaliação de impactes efectuada.

O processo da reclassificação da instalação avícola Classe 1 e a legislação a que está sujeito fez surgir o presente EIA, ele traduz igualmente uma vontade da gerência em prosseguir um trabalho de adequação da exploração aos novos tempos.

Da avaliação efectuada verificou-se que não foram identificados impactes negativos muito significativos que ponham em causa a exploração, sendo possível verificar uma relação de boa integração com a ocupação agrícola próxima (existência de várias explorações avícolas). O perímetro da exploração é envolvido por áreas de floresta.

Face ao exposto, após a conclusão da ampliação deverá ser melhorado o funcionamento geral da exploração e adaptar a mesma ao cumprimento da legislação ambiental em vigor, especialmente o diploma PCIP sempre com a adopção das MTD's.

Por último, refira-se a importância da manutenção deste estabelecimento em funcionamento e da adequação ambiental face aos normativos legais em vigor, com óbvias repercussões positivas quer no desenvolvimento económico e social da própria empresa, quer indirectamente no meio social e económico em que está inserida.